



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10830.007752/2007-67  
**Recurso nº** 168.024 Embargos  
**Acórdão nº** 1302-00.589 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 25/05/2011  
**Matéria** DCTF  
**Embargante** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** CANDY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ementa.

Acolhem-se os embargos para suprir omissão da base legal que levou ao reconhecimento da decadência

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento aos embargos e corrigir omissão.

(documento assinado digitalmente)

MARCOS RODRIGUES DE MELLO - Presidente. e relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Rodrigues de Mello, Luiz Tadeu Matosinho Machado, Andre Ricardo Lemes da Silva, Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira, Wilson Fernandes Guimarães e Irineu Bianchi.

## **Relatório**

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela Fazenda nacional em relação ao acórdão 1302-000.302, proferido pela 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 3<sup>a</sup> Câmara da 1<sup>a</sup> Seção de julgamento do CARF.

A Fazenda tomou ciência e apresentou os presentes embargos em 17/02/2011.

Afirma a embargante que a decisão embargada não indicou o dispositivo legal que motivou o reconhecimento de decadência, pois esta foi considerada em relação aos fatos geradores ocorridos até o 1º trimestre de 1999, tendo sido o lançamento original cientificado ao sujeito passivo em 26/11/2004.

## Voto

Conselheiro MARCOS RODRIGUES DE MELLO

Os embargos são tempestivos e deles conheço.

Esclareço inicialmente que acórdão embargado considerou decaído o lançamento realizado em relação aos fatos geradores ocorridos até o 3º trimestre de 1999 e não ao 1º trimestre como afirmado nos embargos.

Entendo assistir razão à embargante, pois o acórdão não cita a base legal que lhe serviu de motivação, ficando demonstrada a omissão ensejadora dos embargos.

Passo a decidir:

Pelo teor do acórdão fica evidenciado que o colegiado entendeu decaído o lançamento em relação aos fatos geradores ocorridos até cinco anos antes da sua ciência, tendo por motivação o art. 150, § 4º do CTN, não havendo referência a existência ou não de pagamento por parte da então recorrente.

Diante do exposto, voto por dar provimento aos embargos corrigindo a omissão para incluir como motivação legal do reconhecimento da decadência parcial o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66)

(documento assinado digitalmente)

MARCOS            RODRIGUES            DE            MELLO            -            Relator